

Metrô abre cratera até em parque florestal

Equipe de Proteção ao Meio Ambiente entra com ação por danos irreversíveis

• Uma cratera de 41 metros de profundidade por nove metros de diâmetro formou um abismo entre a Equipe de Proteção ao Meio Ambiente e ao Patrimônio Cultural do Ministério Público do Estado e o Metrô. Ontem, a coordenadora da equipe, Patrícia Silveira da Rosa, entrou com uma ação civil pública contra a empresa por danos irreversíveis à área florestal conhecida como Parque da Chacrinha, em Copacabana. O buraco foi aberto para abrigar o duto de exaustão de uma estação do Metrô em construção na Praça Cardeal Arcoverde.

O Ministério Público quer que o Metrô cumpra o acordo feito com a Fundação Instituto Estadual de Florestas construindo um orquidário no local onde está sendo feito o duto a fim de reduzir os impactos negativos no ecossistema. A ação foi impetrada a pedido de um morador de Copacabana, cujo nome está sendo mantido em sigilo pelo Ministério Público. O Parque da Chacrinha é o último reduto da Mata Atlântica à disposição dos moradores daquele bairro. Com 36 mil metros quadrados, abriga grande variedade de flora e fauna, além de ruínas arqueológicas do Sistema de Defesa da Cidade do Rio de Janeiro, implantado pelo exército português no século XVIII. Segundo o Ministério Público, é exatamente numa das plataformas de pedra construídas pelos militares portugueses dentro da mata para

esconder os canhões que se situa o duto do Metrô.

A coordenadora da Equipe de Proteção ao Meio Ambiente e ao Patrimônio Cultural do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Patrícia Silveira da Rosa, baseou seu pedido no parecer do geólogo Anderson Marques Martins, que confirmou os danos causados pelo Metrô ao ecossistema do Parque da Chacrinha. Entre outras conclusões, ele disse que a fonte existente no local foi reduzida a níveis dramáticos e que as chances de ser recuperada são praticamente nulas.

Possibilidades remotas de recuperar a fonte

O geólogo explicou que as condições originais de equilíbrio hidrostático dos maciços terroso e rochoso foram alteradas. Por isso, existe apenas uma remota possibilidade de que a fonte volte ao estado original após a concretagem das paredes do túnel e do respiradouro. Ele diz ainda que, sendo muito improváveis as soluções técnicas para restabelecer as condições naturais que permitem o aparecimento da fonte, a alternativa poderá ser a reconstrução artificial da fonte, o que permitiria uma pequena recomposição da estética local.

Patrícia Silveira da Rosa anexou à ação declarações do administrador do Parque, Iba dos Santos Silva. Ele disse à equipe que a obra foi erguida em local inade-

quado e que poderia trazer danos gravíssimos ao ecossistema, já tendo provocado impactos negativos e irreversíveis que poderão ser apenas minimizados. A abertura do duto já provocou movimentos de terra e pedra que fizeram o solo e as árvores tremerem provocando revoadas e afugentando não só os pássaros, mas também outros pequenos animais, como os micos.

O ar succionado pelo duto levará pólen, sementes que se propagam pelo ar, borboletas, cupins, vaga-lumes e formigas, entre outros pequenos organismos, além de afetar a umidade do ar. Em contrapartida, o ar exalado pelo duto levará para a Chacrinha bactérias e vírus que, em contato com o ambiente da floresta, causarão nova situação de desequilíbrio. A reprodução das plantas naquela área também será afetada.

A ação diz ainda que o Metrô, além de desrespeitar o acordo de construção de um orquidário feito com a Fundação Instituto Estadual de Florestas, iniciou as obras sem autorização prévia, já que o administrador do Parque da Chacrinha, Iba dos Santos Silva, não fora informado do início dos trabalhos. O Metrô, por sua vez, alega que a autorização para o início das obras foi pedida pelo Secretário estadual de Transportes, Francisco Pinto, e concedida pela diretora-geral do Patrimônio Imobiliário do estado, Marisa

Aleixo Lustosa. A companhia garante também que a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) deu a licença de instalação dia 13 de março do ano passado, com validade de 1.095 dias. A construção do orquidário está planejada pela empresa para depois que o duto for concluído e se houver recursos. A companhia está tentando entrar em acordo com a Fundação Instituto Estadual de Florestas.

Fundação pode trocar orquidário por sede

O presidente da Fundação, Ronald Abraão Ázaro, confirmou que o acordo está sendo tentado através de reuniões com a diretoria do Metrô:

— Estamos em conversação com o Metrô para tentar viabilizar uma solução para o problema da obra. Foram feitos danos irreversíveis no Parque da Chacrinha, já que não se pode reconstruir rochas. Estamos reavaliando o projeto de construção do orquidário, que fomentaria visitas ao Parque, mas temos pensado também em uma solução alternativa, já que o estado passa por dificuldades financeiras. É possível que, em vez do orquidário, que custaria R\$ 200 mil, seja construída uma sede para a administração do parque, que seria cercado. Isso custaria cerca de R\$ 115 mil e o Metrô arcaria também com a limpeza e a segurança do local — disse Ronaldo Ázaro. ■

30/14/97
134
O G. Leites
200